

Universidades Lusíada

Caeiro, Joaquim Manuel Croca, 1961-

Pobreza, desigualdade e desenvolvimento

<http://hdl.handle.net/11067/4198>
<https://doi.org/10.34628/j4hr-mt16>

Metadados

Data de Publicação	2003
Resumo	A pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento são conceitos actuais cuja influencia e determinante nos indivíduos, famílias e sociedades. Com efeito, a actualidade do mundo está claramente marcada pelo fenómeno da pobreza, cujos contornos mais evidentes estão na diferença entre os Estados, o bem-estar das suas populações e a exclusão social que provoca. Por seu lado, a desigualdade (quer de partida, quer da distribuição) resultado na maior parte das vezes do fenómeno da pobreza e uma constante, ...
Palavras Chave	Pobreza
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 28 (2003)

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-07T20:52:57Z com informação proveniente do Repositório

Joaquim Croca CAEIRO*

Pobreza, desigualdade e desenvolvimento

A pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento são conceitos actuais cuja influência é determinante nos indivíduos, famílias e sociedades.

Com efeito, a actualidade do mundo está claramente marcada pelo fenómeno da pobreza, cujos contornos mais evidentes estão na diferença entre os Estados, o bem-estar das suas populações e a exclusão social que provoca. Por seu lado, a desigualdade (quer de partida, quer da distribuição) resultando na maior parte das vezes do fenómeno da pobreza é uma constante, não só histórica das sociedades mas também de enorme actualidade. O desenvolvimento está por sua vez ligado aos dois conceitos atrás referidos, não no sentido negativo, mas na procura de condições sociais, políticas e fundamentalmente económicas para a melhoria das condições de vida das populações e do seu bem estar social.

Torna-se importante perspectivar as várias formas de avaliação do conceito de pobreza, pois através da sua medição é que se torna possível perceber e enquadrar o fenómeno e criar as condições sócio-económicas e políticas para a sua correcção e ainda que numa perspectiva ideal para a sua superação.

É este o panorama conceptual que procuramos abordar, numa perspectiva de sistematização analítica, ainda que com um intuito metodológico claramente virado para o apoio aos alunos da licenciatura em Serviço Social do ISSSL.

*Coordenador de Área Científica de Economia e Docente de Economia Social, do ISSSL.

“De todas as Ciências Humanas, parece-me que a da humanidade é a mais útil e a mais imperfeita, atrevendo-me a afirmar que apenas a inscrição do Templo de Delfos continha um preceito mais importante e mais difícil do que todos os que se encontram em enormes volumes escritos por todos os moralistas de todos os tempos.”

Jean-Jacques Rousseau,
in *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*

I. Introdução

1. Descrever o que se entende por pobreza nem sempre se torna fácil tanto pela dificuldade da sua caracterização como da sua delimitação. Os seus diferentes significados, características e manifestações têm sido tratados por uma variedade de cientistas políticos e sociais e as suas causas e consequências têm sido identificadas a partir de um conjunto de fontes as quais variam desde as deficiências na administração do rendimento à injustiça do sistema económico e social, passando pela forma mais dolorosa, a exclusão social.

Na actualidade, a pobreza torna-se mais evidente se a analisarmos a partir da desigualdade do rendimento entre os países e as disparidades existentes no interior dos mesmos. Efectivamente, na Ásia, China e na África, particularmente na Subsariana existem cerca de mil milhões de pessoas que vivem em pobreza absoluta resultante da desigualdade de desenvolvimento económico e social entre as várias áreas, mas dentro dessas áreas e ainda dentro desses países as bolsas de pobreza são também extraordinariamente evidentes. Significa isto que é em grande parte a desigualdade a causadora de pobreza a qual se apresenta como uma desigualdade entre os países e sobretudo entre os países ricos. Podem aferir-se no quadro que se segue as assimetrias existentes entre as várias áreas do globo, as quais correspondem na devida proporção àquelas que se verificam no interior dos países que as constituem.

E, ainda que no espaço de uma década tenham resultado em algumas das áreas reduções significativas no conjunto da população que vive abaixo do limiar da pobreza, o certo é que continua a ser também evidente a forte desigualdade dentro de tais áreas geográficas, e no conjunto a pobreza aumentou. Atentemos por isso no quadro que se segue.

Quadro 1
População que vive com menos de um dólar

Áreas Geográficas	1987		1998	
	Países (%)	Pessoas (Milhões)	Países (%)	Pessoas (Milhões)
Ásia Oriental	26,6	417,5	15,3	278,3
Europa Oriental/Ásia Central	0,2	1,1	5,1	24,0
América Latina/Caribe	15,3	63,7	15,6	78,2
Médio Oriente/África do Norte	4,3	9,3	1,8	5,5
Ásia Meridional	44,9	474,4	42,3	522,0
África Subsariana	46,6	217,2	48,5	290,9
Total		1 183,2		1 198,9

Fonte: Banco Mundial

A linha de pobreza considerada é de 1,08 USD\$ dia face à PPA de 1995

Do quadro acima, resulta evidente que a proporção da população dos países em desenvolvimento que vive com menos de um dólar diário, diminuiu na Ásia Oriental cerca de 11,3%, no Médio Oriente, 2,5% e na Ásia Meridional, 2,6%, mas em contrapartida, cresceu na Europa e Ásia Central. Também no que se refere ao número de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza elas aumentaram cerca de 1,3 % no global das áreas. Todavia, embora pareçam reduzidas, tais percentagens reflectem o aumento da população, pois as quantidades absolutas permaneceram relativamente estáveis em cerca de 1.200 milhões de pessoas.

Mas, a pobreza não se faz sentir apenas ao nível dos rendimentos. Antes pelo contrário. Ela deve-se a um conjunto variado de causas, como sejam, a **ausência de saúde**, a **escolarização insuficiente** e o **analfabetismo**, a **exclusão social** e a **ausência de poder** (entendido como capacidade de influenciar as estruturas políticas dominantes) ou, tão simplesmente deriva das razões de **sexo**. O **déficite de saúde** diminui a capacidade pessoal, reduz a produtividade e o salário recebido pelo trabalho, o que significa que os trabalhadores mal remunerados e de menor educação, têm maiores probabilidades de realizar trabalhos físicos pesados e pior remunerados. Quanto à **escolarização e ao analfabetismo**, estes são factores que impedem o aproveitamento de novas oportunidades, tais como, empregos em novas indústrias ou serviços contribuindo para o aumento das dificuldades de integração na sociedade em geral. A **exclusão social** e a **ausência de poder** negam a alguns grupos sociais a liberdade

de interagir num plano de igualdade na sociedade e/ou de afirmarem os seus interesses pessoais no interior da comunidade em geral, impedindo-os também de participar no processo de desenvolvimento. Finalmente, a questão do **sexo**, sendo que em muitas sociedades o simples facto de ser mulher leva a uma diminuição do acesso à saúde, à educação ou à participação social.¹

O quadro II permite verificar a forte desigualdade entre os países mais desenvolvidos e os mais pobres no que se refere às questões da saúde e da mortalidade infantil. Esta representa 9 e 7 por cada mil respectivamente na Europa e na América do Norte (EUA e Canadá) enquanto que em África a mortalidade atinge 83 crianças em cada mil e na Ásia tal mortalidade corresponde a 53. A mesma desigualdade torna-se evidente se analisarmos a esperança de vida (homens e mulheres) e o índice de mortalidade face à maternidade, ficando claro que a esperança média de vida em África não ultrapassa os 50,5%/52,1% (H/M) e na Ásia vai até aos 65,8%/69,2% (H/M), enquanto que no mundo desenvolvido a esperança de vida média atinge cerca de 72%/85% (H/M).

Quadro 2
Indicadores de mortalidade
(1998)

	Mortalidade lactentes (Total por 1000 nados vivos)	Esperança de vida (M/F) (%)	Índice de mortalidade devida à maternidade
Ásia	53	65,8/69,2	280
África	83	50,5/52,1	1 000
Europa	9	69,6/77,9	28
América Latina/Caribe	32	67,2/73,6	190
Oceania	24	72,0/76,9	260
América do Norte	7	74,7/80,5	11

Fonte: Fundo de População das Nações Unidas

Os indicadores que se seguem, permitem entender que do ponto de vista demográfico, social e económico, também é possível avaliar a desigualdade conducente à pobreza comparando as várias regiões do mundo.

Efectivamente, na região asiática reside mais de 50% da população mundial a qual representa uma das maiores taxas de crescimento populacional, aparecendo em segundo lugar a África, cuja taxa média de crescimento populacional é a maior, sendo também aqui que se encontram os maiores índices de pobreza, revelando assim uma forte ligação entre as taxas de crescimento e tais índices.

Quadro 3
Indicadores demográficos

	População Total (Milhões 2002)	População (Projecção 2050) Milhões	Taxa Média Crescimento (2000-2005) (%)	População Urbana (%)
Total Mundial	6 211,1	9 322,3	1,2	48
Ásia	3 768,6	5 428,2	1,3	38
África	831,9	2 004,4	2,3	38
Europa	725,1	603,3	-0,2	74
América Latina/Caribe	534,2	805,6	1,4	76
Oceania	31,3	47,2	1,2	74
América do Norte	319,9	437,6	0,9	78

Fonte: Fundo de População das Nações Unidas

Se nos cingirmos ao contexto europeu e comparativamente com Portugal, também é possível perceber as desigualdades entre os países mais ricos e os mais pobres da União Europeia. O quadro que se segue é bem exemplo disso. A taxa de pobreza mais elevada é a da Grécia com 22% logo seguida de Portugal com 20% exequo com a Itália, sendo a percentagem mais baixa a da Dinamarca e da Suécia, respectivamente, com 9% e 10% a que se segue a Holanda com 12%. Se atentarmos, contudo, no coeficiente de Gini, Portugal é o país com o índice mais elevado (37), seguido da Grécia com 36 e a Espanha e Bélgica com 35. Isto significa, que Portugal e a Grécia são os dois países que maior desigualdade apresentam no seio da União Europeia.

Quadro 4
Medidas de desigualdade e pobreza na UE, 1998

Países	Taxa de pobreza (%)	Coefficiente de Gini
Alemanha	16	28
Áustria	13	25
Bélgica	16	35
Dinamarca	9	22
Espanha	19	35
Finlândia	:	:
França	18	29
Grécia	22	36
Holanda	12	28
Irlanda	17	34
Itália	20	32
Luxemburgo	:	:
Portugal	20	37
Suécia	10	24
Reino Unido	21	33
UE	18	31

Fonte: EUROSTAT

Também ao nível das despesas de protecção social e face às taxas de pobreza na União Europeia, Portugal apresenta um dos níveis mais baixos com 22,9%, seguido da Espanha e da Irlanda, ainda que este país apresente uma das mais baixas taxas de pobreza. No caso da Alemanha, um dos países mais ricos da União, apresenta uma das mais baixas taxas de pobreza 16% correspondendo a 29,6% do PIB as despesas de protecção social tal como a França, que apresenta 18% de taxa de pobreza e gasta 30,3% do PIB com despesas de protecção social.

Quadro 5
Despesas de protecção social e taxas de pobreza na UE, 1998

Países	Taxa de pobreza (%)	Despesas de protecção social (% PIB)
Alemanha	16	29,6 (p)
Áustria	13	28,6
Bélgica	16	28,2 (e)
Dinamarca	9	29,4
Espanha	19	20,0 (p)
Finlândia	:	26,7 (p)
França	18	30,3 (p)
Grécia	22	25,5 (p)
Holanda	12	28,1 (p)
Irlanda	17	14,7
Itália	20	25,3 (p)
Luxemburgo	:	21,9
Portugal	20	22,9 (p)
Suécia	10	32,9 (p)
Reino Unido	21	26,9 (p)
UE	18	27,6 (e)

Nota: (e) valor estimado; (p) valor provisório.

Fonte: EUROSTAT.

Analisando o caso português, podemos ver no quadro que se segue o conjunto das desigualdades face à distribuição dos rendimentos assim como os principais indicadores da pobreza monetária, para o período entre 1980 e 1995.

Quadro 6
Desigualdades na distribuição do rendimento
e principais indicadores da pobreza monetária (1980-1995)

Portugal	1980/81	1989/90	1994/95
Pobreza			
<i>Linha de pobreza relativa</i>			
60% rendimento mediano (10 ³ escudos)	278,0	344,5	382,4
<i>Taxa de pobreza</i> ⁽¹⁾			
60% rendimento mediano	17,72	16,81	17,65
Desigualdade			
Coefficiente de Gini	0,319	0,313	0,348
Rendimento líquido equivalente ⁽²⁾			
Rendimento médio (10 ³ escudos)	548,8	685,5	802,3
Mediana Rendimento (10 ³ escudos)	463,3	574,1	637,3

Notas: ⁽¹⁾ % de indivíduos abaixo da "linha de pobreza" equivalente a 60% do rendimento mediano;

⁽²⁾ Rendimento líquido individual por adulto equivalente (OCDE) a preços de 1995

Fonte: Rodrigues, C. Farinha, in Capucha, L. (1998), *Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da fase experimental*, Lisboa, CIES e MTS/CNRM

A taxa de pobreza é medida como a percentagem da população abaixo do limiar correspondente a 60% do rendimento mediano.

2. Os estudos de índole científica acerca da pobreza, remontam aos finais do século XIX, quando num estudo sobre Londres se identificou e descreveu o famoso mapa da pobreza². Ainda na Inglaterra, pela mesma altura identificou-se e sistematizou-se o conceito, introduzindo na sua análise os rendimentos familiares individuais e o desenvolvimento de um modelo standard da pobreza, assente na nutrição e em outros requisitos gerais sendo a introdução de uma nova metodologia³.

Com o alargamento da análise quantitativa, nomeadamente a metodologia estatística, foi possível alargar a base da investigação da pobreza tornando possível que um grande número de investigadores pudessem avaliar o seu impacto efectivo.

Só a partir dos anos sessenta nos EUA se iniciaram estudos sérios e com qualidade científica para a percepção deste conceito⁴.

Posteriormente, muitos outros países iniciaram estudos sobre esta realidade e mais investigadores se debruçaram sobre o tema com entusiasmo. Também organizações como a OECD e o Luxembourg Income Study

fizeram um enorme esforço para financiar muito dos estudos e permitir a comparação dos vários resultados. O Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho deram e continuam a dar importantes contribuições nesse sentido, destacando-se o Relatório sobre a Pobreza no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, datado de 1990 e que constitui um novo marco na luta contra o flagelo social que é a pobreza.

Autores como Amartya Sen, Atkinson e Peter Townsend entre outros, deram também fortes contributos para a sistematização e medição do fenómeno, tendo sido o primeiro distinguido com o Prémio Nobel da Economia em 1998, muito justamente como corolário da sua intervenção àquele nível.

“Muita coisa relacionada com a pobreza é suficientemente óbvia. Uma pessoa não precisa de critérios complicados, de medições habilidosas nem de análises profundas para reconhecer a pobreza bruta e para compreender os seus antecedentes.”

Amartya Sen

in *Pobreza e Fomes. Um Ensaio Sobre Direitos e Privações*

II. Conceito

1. Já afirmamos atrás não ser fácil definir pobreza. E neste reconhecimento, entendemos como fundamental encontrar o seu significado traçando previamente o seu enquadramento social, político e económico.

Torna-se em primeiro lugar necessário ter em linha de conta que fazem parte do conceito tanto as necessidades fundamentais inerentes à vida dos indivíduos, como a sua capacidade de efectivamente promover a satisfação de tais necessidades. Assim, é fundamental saber identificar o conjunto das necessidades de consumo determinantes para se identificar o conceito de pobreza. Todavia, dada a abrangência do conceito de pobreza não o podemos equacionar apenas neste aspecto, sob pena de acabarmos por o reduzir a um aspecto limitado. Vejamos o seguinte exemplo: uma família poderia não ser considerada pobre por conseguir satisfazer as suas necessidades básicas, mas podia (como muitas vezes acontece), não ser capaz de realizar todo um outro leque de necessidades que também são consideradas fundamentais. Estaríamos perante uma pobreza específica ao considerar esta família como pobre isso seria apenas em função de uma única variável. E, a pobreza tem de medir-se através de critérios mais abrangentes.

Em segundo lugar, pode também considerar-se o critério do nível de vida de uma família e a partir dele perceber se ela se encontra em situação de pobreza se o seu consumo total, estiver abaixo de uma determinada quantidade. Igualmente se atende aqui a um único critério que pode ser enganador. Com efeito, o rendimento por si só pode subestimar o nível de vida, pois uma família, pode por exemplo, ter um rendimento elevado, mas desejar poupar em vez de gastar, ou, pelo contrário, pode ter um rendimento elevado e mesmo assim ter de recorrer ao crédito por ter índices de consumo elevado.

2. Na determinação do significado de pobreza, são também importantes as variáveis, **rendimento** e **consumo**. Através destes critérios, podemos distinguir **duas** concepções distintas da pobreza: **1.^a**, Que se *preocupa com os níveis de vida* e pela qual o importante é que as pessoas obtenham um nível específico de consumo e; **2.^a**, *Determinada pelos direitos mínimos aos recursos*, pela qual o importante é o mérito dos indivíduos enquanto cidadãos a terem um determinado rendimento mínimo e em que o respectivo consumo é da sua inteira responsabilidade.

É ainda necessário evidenciar a relação existente entre **pobreza e desigualdade**. E sobre esta questão podemos distinguir quatro escolas de pensamento:

- i. Aquela cujos teóricos se preocupam apenas com a pobreza sem dar importância às desigualdades de rendimento ainda que esta em termos de medição se encontre acima do limiar da pobreza;
- ii. Os que dão grande importância à redução das desigualdades como um fim da política mas atribuem prioridade à eliminação da pobreza;
- iii. Aqueles que se preocupam, quer com as desigualdades quer com a pobreza e assim procuram solucionar uma e outra;
- iv. Os que não atribuem grande importância à pobreza, e a consideram apenas como uma resultante do custo mais elevado da desigualdade.

Em face destas várias perspectivas, fica claro que a pobreza está directamente relacionada com o conceito de desigualdade. Assim as transferências realizadas dos mais ricos para os mais pobres podem provocar alterações substanciais na sociedade⁵ e a pobreza traduz de facto uma desigualdade entre o grupo mais rico e o mais pobre. Está patente que *“a desigualdade social, como base e fundamento das relações sociais, económicas e políticas, permite a acumulação de riqueza e poder para umas minorias à custa do empobrecimento e marginalização de amplos sectores sociais”*⁶. Neste contexto, a pobreza assume um *carácter estrutural*, pelo que, em momentos de expansão económica ela diminuirá e em momentos de crise económica aumentará o número e a proporção dos que vivem e estão em situação de pobreza.

3. Não é, todavia, consensual para a generalidade dos autores, considerar a desigualdade como intrinsecamente ligada à pobreza⁷. Para os que têm tal entendimento desigualdade e pobreza relacionam-se de facto, mas nenhum dos conceitos se subordina ao outro. Por exemplo, uma transferência de rendimento *“de uma pessoa do grupo de rendimento de topo para uma pessoa da gama média de rendimento deve reduzir ceteris paribus a desigualdade; mas pode deixar a percepção da pobreza pouco afectada. Da mesma forma, um declínio geral do rendimento que mantenha o indicador escolhido de desigualdade inalterado pode, de facto, levar a um agudo aumento da carência alimentar, da desnutrição e de óbvias dificuldades”*⁸. Neste contexto, pobreza e desigualdade estão associadas, sendo a última fundamental na determinação da pobreza ainda que lhe não seja equivalente, ou seja, ambos os conceitos estão intimamente relacionados ainda que distintos e sem subordinação.

Ainda que sejam importantes estas aceções, para o entendimento do que é a pobreza, torna-se necessário procurar outras orientações. E no entanto, é necessário averiguar qual o critério determinante e qual deve ser o centro das preocupações para a definição de pobreza. E assim deve perguntar-se se a pobreza se *“deve relacionar (1) apenas com os interesses dos pobres, (2) apenas com os dos que não são pobres, ou (3) tanto com os dos pobres como com os dos que não são pobres?”*⁹. Estas questões, não são, todavia por si só, exclusivas para o conceito de pobreza, ainda que (1) e (2) devam excluir-se e a (3) seja aquela que é mais importante¹⁰. Efectivamente, o conceito de pobreza não pode deixar de relacionar-se com aqueles que são pobres e também com os que não são, pois na medida em que se pretende avaliar um índice de pobreza num determinado país este não pode abstrair-se de que é um todo. E por esse motivo é fundamental a preocupação com o bem-estar de todas as pessoas desse país e não apenas com aquelas que por um ou outro critério se consideram pobres.

4. A pobreza deve entender-se então e antes de mais, como uma **questão de privação**, tanto **relativa** como **absoluta**, no sentido em que a primeira traduz a situação em que um indivíduo possui menos de um atributo desejado, seja ele rendimento ou condições de emprego favoráveis, e o segundo que traduz a situação em que o indivíduo apresenta carências alimentares, desnutrição e outras dificuldades várias.

Na óptica do Prémio Nobel da Economia de 1998, Amartya Sen, a pobreza deve entender-se como uma “*privação das capacidades elementares e não, como habitualmente se considerava, uma simples falha de rendimentos*”¹¹. Esta noção, que entendemos seja uma das mais realistas por se focalizar nas privações que têm uma importância intrínseca para os indivíduos, mostra a existência de outros factores influenciadores da privação das capacidades para além da inexistência de rendimentos e também a relação instrumental entre escassez de rendimentos e escassez de capacidades que varia de país para país, de família para família e de indivíduo para indivíduo.

Este último aspecto é ainda mais importante, porque é neste domínio que as políticas públicas têm maior importância na luta contra a pobreza e a desigualdade, mas isto obriga-nos a algumas considerações. Em **primeiro** lugar, é preciso perceber que a relação entre capacidades e rendimento é influenciada pela idade, pelo sexo, pela situação geográfica, pelo papel social dos indivíduos. Em **segundo** lugar, é comum que se encontre uma ligação clara entre as desvantagens e a escassez de rendimentos à dificuldade de converter tais rendimentos em medidas eficazes, pois um indivíduo doente ou idoso precisará sempre de mais dinheiro para obter o mesmo bem do que um indivíduo sem qualquer problema. Em **terceiro** lugar, a pobreza apresenta uma dificuldade ligada à repartição familiar dos rendimentos. Efectivamente, se uma parte substancial do rendimento for afectada às necessidades de certos membros da família em detrimento de outros (ex. o tradicional favorecimento dos rapazes em relação às meninas), o rendimento familiar em si mesmo não reflecte as mesmas privações para todos os membros dessa família, mostrando ainda uma discriminação sexual efectiva. Em **quarto** lugar, as privações relativas em termos de rendimentos podem conduzir a privações em termos de capacidades. É evidente que ser relativamente pobre num país rico constitui um problema do ponto de vista das capacidades, mesmo que se tenha um rendimento elevado face à comparação internacional.

5. Tudo o que fica dito, mostra que a pobreza advém no essencial de um conjunto de privações fundamentais e que só é possível criar estratégias de resolução se for possível encontrar condições de ultrapassagem de tais privações. O acesso à educação, à saúde e ao emprego, serão aspectos

importantes a ter em conta na luta contra a pobreza e só através desta acção é possível a obtenção de resultados práticos neste campo. Isto será possível, quer através da melhoria da qualidade de vida das famílias e dos indivíduos, quer através do estímulo às suas capacidades individuais para fazer face aos problemas que os remeteram para a exclusão. É o nível de educação alcançado, a ocupação, a actividade e a qualificação laboral, o estado de saúde e as incapacidades, a pertença a uma minoria étnica ou cultural que determina efectivamente o grau maior ou menor de pobreza e que importa ter em consideração em qualquer estratégia de luta contra a exclusão, que ela provoca.

A pobreza ao associar-se à desigualdade, mormente por via da distribuição dos rendimentos, provoca necessariamente marginalização social tornando-se necessário perceber este eixo e averiguar quais as causas que efectivamente lhe estão associadas para promover a sua correcção. Assim, para a correcção da pobreza face à desigualdade impõe-se a redistribuição mais equitativa do rendimento, o aumento do emprego, o desenvolvimento de programas de bem estar social, a consciencialização dos cidadãos para uma solidariedade fundada na aceitação da igualdade entre os cidadãos e a mobilização das forças sociais no sentido do reconhecimento daquela necessidade.

6. A pobreza entendida do ponto de vista em que o fizemos, apresenta-se então como um fenómeno relacional que advém em última *ratio* de um conjunto de causas que passamos a analisar. Podemos agregar tais causas em face de **dois factores**: o primeiro que se relaciona com as próprias *características referidas pelos pobres* e o segundo que aponta para os *recursos, os rendimentos e a respectiva volatilidade de tais recursos e rendimentos*.

No que se refere ao primeiro factor, as causas mais apontadas são a falta de rendimento e de recursos para atender às necessidades consideradas fundamentais (alimentação, habitação, vestuário e níveis aceitáveis de saúde e educação), falta de voz e de poder nas instituições estatais e na sociedade¹² e finalmente vulnerabilidade a choques adversos que se combina com uma incapacidade para os enfrentar.¹³ Quanto ao segundo factor, é necessário equacionar os vários tipos de recursos como sejam os *humanos* (capacidade de trabalho, aptidões e boa saúde), os *naturais* (terra) os *físicos* (acesso à infra-estrutura) *financeiros* (poupança e acesso ao crédito) e

sociais (redes de contactos e obrigações recíprocas a que se possa recorrer em tempos de necessidade e influência política sobre os recursos).

Os rendimentos que resultam desses recursos dependem no essencial do acesso ao mercado e das influências globais, nacionais e locais que existem nesses mercados. Para além disso, os rendimentos dependem do comportamento dos mercados e do desempenho das instituições sociais e políticas estando também subjacentes a estas propriedades os recursos e os rendimentos. Todavia, o acesso aos recursos depende de uma estrutura jurídica que defina e aplica direitos de propriedade privada ou usos e costumes que definem os recursos de propriedade comum. Também o acesso aos recursos pode ficar afectado pela discriminação implícita ou explícita de sexo, etnia, raça ou *status* social, para além das políticas públicas e da intervenção do Estado as quais dependem da influência política de grupos diferentes¹⁴.

Quanto à volatilidade, ela resulta das flutuações do mercado, das condições meteorológicas e em certas sociedades da turbulência das condições políticas. Tal volatilidade afecta não apenas os rendimentos como também o valor dos recursos, pois tais alterações abruptas, quer do clima, das condições sociais ou políticas e dos mercados afectam a saúde, destroem os recursos naturais e físicos e diminuem a poupança.

7. Podemos considerar após o conjunto de considerações que viemos fazendo a existência de três critérios para avaliar a pobreza: um que se relaciona com baixos níveis de rendimento, outra argumenta em relação a baixos níveis de consumo e ainda o que evidencia a existência de necessidades básicas insatisfeitas. Vejamos então em pormenor cada um desses critérios.

- i. A partir dos **níveis de rendimento**, classificam-se os agregados familiares segundo o seu rendimento, considerando como pobres aqueles que não o têm num determinado nível. Por este aspecto, facilita-se a identificação dos agregados pobres, embora deixe em claro os bens e serviços que a família consome sem necessidade de recorrer a uma quantidade de moeda, como seja, o autoconsumo e as transferências em género. Também não entra em linha de conta com as compras de bens e serviços financiados com a poupança

da família. Assim, esta medida tende a classificar como pobres os agregados familiares que embora tendo baixos rendimentos, não têm necessariamente, baixos níveis de consumo. Para além do mais as famílias tendem por norma, a declarar rendimentos abaixo daqueles que realmente recebem.

- ii. Muitas instituições preferem usar os **níveis de consumo** como medida de pobreza. Esta metodologia, mede o consumo de agregados e classifica como extremamente pobres todos aqueles cujo consumo é tão baixo que não tem capacidade de satisfazer as suas necessidades diárias de calorias e proteínas e bens não alimentares. A linha de pobreza moderada em geral define-se como o nível de consumo necessário para cobrir as necessidades calóricas diárias mais os custos de um cabaz de bens básicos não alimentícios. Num esforço para quantificar este problema estimou-se com base no consumo, que o valor da linha de pobreza extrema se considera em 1873 calorias anuais por pessoa, sendo a linha de pobreza geral de 4020 calorias anuais por pessoa.
- iii. Finalmente, no caso das **necessidades insatisfeitas**, estas baseiam-se numa lista na qual se definem quais são as que devem considerar-se como básicas e classifica como pobre todos aqueles que têm pelo menos uma necessidade básica insatisfeita. É útil para medir a pobreza, ainda que, tenda a subestimá-la uma vez que classifica como pobres os agregados com altos rendimentos sempre e quando apresentam uma necessidade básica insatisfeita.

8. Entre nós, José Pereirinha, ¹⁵ analisa a pobreza face à exclusão social considerando aquele conceito na sua relação ao nível da política social e procurando encontrar uma metodologia específica para a sua medição, distinguindo-a em três aspectos:

- i. Dimensão distributiva e relacional presentes na análise da pobreza;
- ii. Perspectiva estática e dinâmica do estudo do fenómeno;
- iii. Abordagem do fenómeno em termos de padrões de vida ou em termos do direito a um nível mínimo de recursos.

Na sua dimensão distributiva entende-se a pobreza como situação de escassez de recursos de que um indivíduo ou uma família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas. A exclusão por seu lado será relacional, por ser uma situação de inadequada integração social de indivíduos ou grupos sociais na sociedade de que fazem parte. A pobreza e a exclusão social interrelacionam-se sendo a primeira, uma forma de exclusão social devido à escassez de recursos e manifestada em termos de privação da satisfação das necessidades mínimas, materiais e imateriais.

É neste aspecto relacional e distributivo que Peter Townsend apresenta o seu conceito de pobreza, *“indivíduos, famílias e grupos na população consideram-se em situação de pobreza quando defrontam falta de recursos que lhes permitam ter o tipo de alimentação, participação nas actividades e condições de vida e conforto que são habituais, ou pelo menos amplamente encorajados ou aprovados, nas sociedades a que pertencem. Os seus recursos estão situados de tal forma abaixo dos disponíveis pelo indivíduo médio que ficam assim, de facto, excluídos dos padrões normais de vida, costumes e actividades”*¹⁶. Assim é possível encarar a pobreza *“enquanto parte (ou uma forma específica) do fenómeno (mais abrangente) de exclusão social, sendo certo que existem formas de exclusão social que não radicam no fenómeno da pobreza, entendida no seu sentido estrito de escassez de recursos”*¹⁷.

No que se refere à sua perspectiva estática e dinâmica torna-se possível fazer uma distinção entre exclusão social enquanto processo e pobreza como um resultado de processos de exclusão social, utilizando-se o conceito de pobreza/privação para a dimensão estática de exclusão social.

Quanto ao terceiro aspecto, está a privilegiar-se o *“consumo de categorias de bens e serviços como forma de apreensão do fenómeno, e é a opção natural para o avaliador que encara a pobreza enquanto exclusão social devida a escassez de recursos (...) (e) ao definir pobreza em termos de direito a um nível mínimo de recursos estamos a privilegiar direitos dos indivíduos: direito a um rendimento mínimo como um direito de cidadania, enquanto requisito para a plena participação na sociedade”*¹⁸.

Face ao que fica referido pode ver-se o quadro que se apresenta de seguida no qual se apresentam as diferentes perspectivas de pobreza e a sua importância do ponto de vista da política social.

Quadro 5
Diferentes perspectivas de pobreza

Dimensão distributiva		Dimensão relacional	
Perspectiva estática (situação)	Pobreza de recursos	Privação	Situação(ões) de exclusão social
	↑		↑
Perspectiva dinâmica (processo)	Empobrecimento, pauperização	←	Processo (s)

Fonte: Pereirinha, José (1996), *Pobreza e Exclusão Social*, op. cit.

Finalmente, resta acrescentar que aceitamos o conceito de pobreza enquanto situação de privação na satisfação de necessidades fundamentais relativamente a determinada norma social, ou seja, aceitamos a pobreza na sua **dimensão estática**.

9. É ainda importante avaliar as questões da pobreza absoluta e relativa, no essencial no que se refere a Portugal. Assim e antes de mais, é necessário ter em conta que a avaliação da **pobreza relativa** é uma medida insuficiente para analisar as situações de pobreza efectiva da população, uma vez que não mede a satisfação das necessidades básicas. Torna-se então ter em linha de conta preponderante a pobreza absoluta. E, para que ela se possa medir, é necessária a construção de uma dieta alimentar que satisfaça as necessidades energéticas e quantifique os produtos necessários a esse regime alimentar equilibrado, de modo a identificar o valor dos bens e serviços necessários à satisfação de necessidades básicas individuais. Para além disso, permite também saber de que modo o salário ou outra fonte de rendimento do indivíduo, concorre para a satisfação de tais necessidades. Entre nós, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, com base num padrão médio de necessidades energéticas de adultos, com actividade física ligeira e moderada e em percentagens de nutrientes energéticos, apresenta uma lista de produtos alimentares, bem como, das respectivas quantidades necessárias a um regime alimentar equilibrado para um indivíduo. E, com base nos preços médios observados pelo INE em 2000 para o cálculo do IPC, o cabaz alimentar determinado (25 produtos), tem um custo mensal de 14 018\$00.

Quadro 7
Cabaz de produtos alimentares necessários
para um regime alimentar equilibrado

Leite meio gordo	Carapau	Óleo de girassol
Açúcar	Alface	Queijo flamengo
Ovo	Pão	Couve
Carne de porco	Margarina	Batata
Laranja		Bolacha Maria
Frango	Manteiga	Arroz
Cebola	Maçã	Pescada
Feijão	Cenoura	Vinho
		Azeite

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

Quadro 8
Peso dos produtos alimentares e bebidas
nas despesas dos agregados de menores rendimentos
(dois primeiros decis de rendimentos)¹⁹

1989/90 (Continente)	1994/95 (Portugal)
50,48	43,12

Fonte: INE, *Inquérito aos orçamentos familiares*

Quadro 9
Estimativas das despesas de agregados tipo de menores rendimentos
(dois primeiros decis de rendimentos), 2000

Agregado	Despesa
1 adulto	38,064
2 adultos, 2 crianças	102,773

Notas: Estimativas das despesas efectuadas pelo DEPP;

Utilização de escala de adultos equivalente da OCDE (1 adulto = 1, adultos seguintes = 0,7, crianças = 0,5)

Admitindo que o peso dos produtos alimentares e bebidas nas despesas médias anuais dos agregados de menores rendimentos continuará a perder a sua importância a um ritmo idêntico ao que já se verificava aquando dos inquéritos aos orçamentos familiares da primeira metade da década de 90, estimando-se que representa cerca de 37% das despesas em 2000, o montante da despesa mensal que um indivíduo necessitaria de despen-

der em 2000 para satisfazer as suas necessidades básicas seria de cerca de 38 000\$00.

A despesa de um indivíduo isolado representa cerca de 60% do salário mínimo nacional, e de um casal com duas crianças cerca de 80% de dois salários mínimos; para um idoso que aufera a pensão mínima do regime não contributivo, não é possível suportar o cabaz de bens e serviços considerados – o seu custo representa mais de 30% do quantitativo da pensão social –, mas quase que o é para um pensionista do regime geral que aufera a pensão mínima (36 000\$00 em Dezembro de 2000). Refira-se ainda que a linha de pobreza absoluta é ligeiramente superior ao quantitativo mensal da linha de pobreza relativa calculada para 1994/95 a preços de 2000, cerca de 36 000\$00²⁰.

“Muito se pode fazer para tratar aquelas características que levam as pessoas a rejeitar ou ser rejeitadas pela moderna sociedade industrial. Deficiências educacionais podem vencer-se. Podem-se tratar deficiências mentais. As desvantagens físicas podem ser remediadas. O factor limitativo não é a falta de conhecimento do que é possível fazer. Irresistível é a falta de dinheiro.”

John Kenneth Galbraith
in *A Sociedade da Abundância*

III. Pobreza, crescimento e desenvolvimento económico

1. O tema da pobreza encontra-se indubitavelmente ligado à questão do crescimento e desenvolvimento económico, na medida em que é pela via destes esquemas de acção que a pobreza pode ser senão resolvida, pelo menos minorada. A ideia de que o crescimento económico pode permitir a redução da pobreza remonta ao século XVIII, ainda que seja já no decurso do século XIX, que as ideias e as análises se mostraram mais elaboradas. Destacam-se neste século, os trabalhos e os escritos de Karl Marx²¹, os trabalhos desenvolvidos pelas diversas correntes socialistas²² e ainda pelas encíclicas papais²³.

É todavia, só a partir da II Guerra Mundial que o desenvolvimento se converte num dos temas privilegiados da análise sociológica e económica e dos programas políticos dos governos e organismos internacionais adquirindo por via disso, o conceito de pobreza maior notoriedade e importância. Expliquemos então o que se entende por crescimento e desenvolvimento económico, sendo certo que tais se encontram interligados, pois, para existir desenvolvimento económico é imprescindível que exista alguma riqueza para ser possível melhorar a vida das populações.

O **crescimento económico** atende a um conjunto limitado de aspectos da actividade económica, medindo parcelarmente e entre outros, o rendimento per capita, a proporção de mão de obra dedicada a actividades primárias (agrícolas, extracção mineral, pesca, etc.), a importância relativa do comércio externo, o valor agregado de percentagem do PIB, a relação capital/trabalho, a proporção do rendimento nacional dedicado ao investimento e a produtividade da mão de obra e do capital. Na promoção do crescimento têm-se ainda em conta mudanças estruturais tanto do

lado da oferta (recursos adicionais, acumulação de capital, crescimento da população, introdução de avanços técnicos no processo produtivo, mudanças estruturais e organizacionais) como do lado da procura (composição, dimensão e idade da população, nível e distribuição do rendimento, cultura da sociedade).

O crescimento económico significa acima de tudo, a reprodução alargada dos sistemas económicos, utilizando estes como variáveis os grandes agregados macro-económicos, sendo o seu limite o estabelecimento de relações quantitativas entre *inputs* e *outputs*, capazes de serem explicitadas através de modelos matemáticos. Estes modelos pretendem explicar as fontes de crescimento económico, as condições de equilíbrio dinâmico e as relações entre o crescimento e a repartição do rendimento.

Por **desenvolvimento económico**, entende-se a análise conjunta de todos os sectores da economia ultrapassando a sua explicação o simples conceito de crescimento económico, ao abarcar aspectos como a melhoria da qualidade de vida de toda a população, a satisfação das suas necessidades básicas e o alargamento da capacidade das populações tomarem decisões livres e democraticamente. Os modelos que pretenderam explicar e consagrar o desenvolvimento registaram um maior incremento no decurso da década de 60, associado à ideia de resolução do problema resultante da independência dos países que haviam saído do jugo das potências coloniais e que apresentavam índices muito baixos do ponto de vista económico, social e político. Um dos primeiros e mais importantes modelos foi o apresentado por Simon Kuznets²⁴, que pretendia relacionar o factor trabalho com a distribuição do rendimento. Em seu entender, dada a dualidade dos países subdesenvolvidos, o sector moderno encontrava-se quase isolado em face de uma maioria da população ocupada no sector agrícola, sendo a baixa de salários o resultado da baixa produtividade. Assim, as primeiras etapas do desenvolvimento seriam acompanhadas pela deterioração na distribuição interna do rendimento, uma vez que o salário oferecido pelas novas indústrias traria para a cidade uma forte migração desorganizada de população que abandonava os campos. Tal implicaria que muitos indivíduos ficassem desempregados num primeiro momento, situação que seria passageira, pois, na medida em que se fosse consolidando a industrialização, os desempregados urbanos encontrariam trabalho obtendo remunerações muito superiores às que usufruíam quando se

dedicavam à actividade agrícola. Voltar-se-ia assim a uma distribuição de rendimento mais igualitária, mas a um nível superior de desenvolvimento em relação à situação inicial de subdesenvolvimento.

Foi contudo, Walt Rostow²⁵ quem apresentaria uma proposta mais completa e que ficaria bem mais conhecida no universo do desenvolvimento económico. Distingue **cinco etapas** por que terá passado o processo de desenvolvimento nos vários países para alcançar o bem-estar colectivo.

A **primeira** etapa designa-a por **Sociedade Tradicional**, e considera-a como pre-newtoniana, face à sua postura perante a ciência e a tecnologia, pois as mudanças culturais, económicas e institucionais são muito lentas. Devido a tais características, mantêm-se reduzidos os níveis de produtividade sendo o trabalho realizado predominantemente agrícola. A estrutura social apresenta-se também relativamente rígida, fraca mobilidade entre os sectores sociais encontrando-se o poder político nas mãos dos detentores da terra de forma directa (apenas eles têm poder de voto, se eventualmente existir tal poder) ou indirecta (através da sua capacidade de domínio sobre o eleitorado). Assim, é predominante uma atitude fatalista perante a vida e o modo de entender o fenómeno religioso aceitando a preponderância do advir perante o presente. Esta seria a situação em que se encontrariam, na óptica de Rostow, todos os países subdesenvolvidos.

A **segunda** designa-a de **Sociedade em Transição**, e aqui verifica-se a existência de alguns aspectos característicos das ciências ditas experimentais. A moeda não tem apenas uma função meramente transaccional, mas já tem importância a poupança e o investimento (enquanto reserva de valor), desenvolvendo-se assim em termos qualitativos e quantitativos o sistema financeiro. As relações comerciais com outros países adquirem também uma importância maior do ponto de vista competitivo. Politicamente avança-se do caciquismo regional para o Estado central, sendo os detentores tradicionais da terra, substituídos de forma gradual por uma burguesia mais evoluída tanto do ponto de vista económico como do ponto de vista cultural. Nos países desenvolvidos esta situação obter-se-ia através de uma evolução natural das forças produtivas e sociais ou então por via de uma intervenção militar através de países mais desenvolvidos. Seria a situação existente na época em alguns países da Ásia, África ou do Pacífico e Caribe dada a presença protectora dos EUA.

No entender de Rostow, estas duas fases poderiam existir em conjunto durante algum tempo num determinado país, dando origem ao carácter dual das sociedades subdesenvolvidas e traduzindo-se num ritmo de crescimento muito lento do ponto de vista económico, social e político.

A **terceira** etapa é a mais importante do ponto de vista do autor que a designa de **Impulso Inicial ou Take-Off**, representando uma dimensão de desenvolvimento drástica. Com efeito, em face do aspecto agressivo que apresenta os países que a quisessem prosseguir teriam de apresentar índices de investimento na ordem dos 10% do rendimento nacional, muitas vezes através do recurso a capital externo. O motor de todo o desenvolvimento seria a implantação de um ou vários sectores de indústrias transformadoras que se expandiriam a um ritmo acelerado. O *take-off* conseguir-se-ia através de uma revolução social, a partir da introdução das novas tecnologias, pelo fortalecimento de relações internacionais ou outros elementos separados ou em conjunto com estes. Este processo deveria ser acompanhado e fortalecido pela institucionalização de um conjunto político e social que apoiasse as transformações na área económica.

A **quarta** etapa, designada de **Progressão para a Maturidade**, inspira-se na realidade dos países mais desenvolvidos, difundindo-se nela os benefícios da tecnologia moderna desde os sectores de ponta a todo o processo produtivo, surgindo indústrias mais complexas, passando a produzir-se mais do que aquilo que se importava e exportando para além dos produtos tradicionais agrícolas e matérias primas, também uma proporção crescente de produtos manufacturados. O progresso económico ajudaria a consolidação dos novos valores e das instituições sociais.

Comparativamente à fase anterior, esta seria mais lenta, podendo demorar até quatro décadas o correspondente ao ciclo de vida de duas gerações.

Finalmente, a **quinta** e última etapa, a que Rostow designa de **Consumo em Massa**, apresentava como características principais o crescimento do rendimento per capita acima da média, o consumo generalizado dos bens e serviços duradouros, a abundância de mão de obra especializada, a urbanização planificada e sistematizada, o incremento de maiores recursos para o bem estar e segurança social, de acordo com os princípios e ideais do *Welfare State*.

Desta forma, para Rostow, os países conseguem efectivamente a riqueza e a felicidade prometidas pelas teorias marxistas, mas sem haver necessidade de suportar os traumáticos processos de luta e destruição inerentes a essa teoria.

Outras teorias que apontam o desenvolvimento como elemento determinante para obviar à pobreza e à desigualdade social, foram desenvolvidas nos anos subsequentes podendo destacar-se **Gunnar Myrdal** e **Ragnar Nurske**²⁶, mas em termos de balanço vale a pena afirmar que todas as propostas se apresentam com um factor comum: nenhuma conseguiu solucionar os problemas a que se havia proposto.

No decurso dos anos 90 retoma-se a temática do crescimento, do desenvolvimento e da pobreza inscrevendo-a na ordem do dia. Organismos como o Banco Mundial, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e Caribe) assumiram o protagonismo da temática, sendo que o Banco Mundial logo no início da década desenvolveria num dos seus boletins o tema da Pobreza. E, na actualidade o problema deixou de se circunscrever aos países menos desenvolvidos, passando a parte integrante da realidade dos países mais desenvolvidos.

“Deveria utilizar-se uma sensata combinação de dados baseados no rendimento, nos indicadores e na participação com o intuito de determinar o grau de pobreza e avaliar as implicações para a formulação de políticas; e as instituições deveriam ter incentivos para utilizar esta informação para fins de planificação.”

PNUD

in *El estado de la población mundial 2002*

IV. Formas de medição

1. Existem muitas formas para medir a pobreza as quais se encontram na maior parte das vezes ligadas a métodos mais ou menos elaborados do ponto de vista da análise estatística e matemática e neste sentido, apresentam uma maior ou menor eficácia e racionalidade, ficando, contudo, subordinadas às concepções ideológicas que subjectivamente interferem no conceito de pobreza aceite por cada autor. Neste contexto, medir a pobreza tem vários significados de que se destacam:

- i. A classificação de cada indivíduo ou família numa sociedade e num determinado momento ou período como pobre ou não pobre. Tem-se em linha de conta apenas as diferenças interpessoais no que respeita à pobreza e leva-nos à distinção da fronteira entre pobre e não pobre;
- ii. A ordenação dos indivíduos ou famílias numa sociedade e referente a um dado momento ou período de tempo segundo níveis de pobreza. Torna-se necessário dispor de uma medida que possa ser usada para esse procedimento consistindo num índice ordinal para obter esse objectivo;
- iii. O conhecimento das diferenças interpessoais/familiares do nível de pobreza, conduzindo ao recurso a medidas cardinais;
- iv. A obtenção de uma informação agregada para o fenómeno, relativamente a uma sociedade e referente a um dado momento ou período.²⁷

Em face do que se pretende conhecer deve optar-se pelo método que mais facilmente sirva os nossos propósitos. E, porque o que importa à partida é saber quantos são os pobres, uma das primeiras medidas de

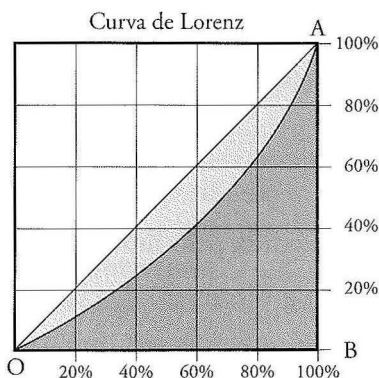
análise é a que tem em conta a **Proporção da População em Risco**. Neste caso, a forma mais fácil é saber qual o conjunto de pessoas que se encontram nesta situação. Todavia, como resulta evidente, dada a simplicidade aparente do método e a sua dificuldade real, não se torna solúvel a sua utilização, pois apenas permitiria dar ênfase ao problema da sobrevivência das pessoas o que é manifestamente insuficiente se pretendermos uma análise fidedigna.

Uma segunda medida é a que se preocupa com os níveis de vida e com a severidade da pobreza. Esta medida pretende avaliar o **défice da pobreza**. Neste caso, tem-se em conta a *distribuição do rendimento* na população introduzindo de seguida a análise *dos índices de pobreza* – **Índice de Gini e Curva de Lorenz**.

Para a construção da curva de Lorenz, é necessário dispor-se de uma determinada característica (que designarei por y_i , correspondendo aos diferentes níveis de rendimento) e das respectivas frequências (f_i , que será o número de agregados familiares), para cada intervalo ou classe i (os chamados escalões de rendimento).

A curva de Lorenz é uma representação gráfica, em que as percentagens dos agregados familiares ordenados duma forma crescente (dos mais pobres para os mais ricos) se representam no eixo horizontal e as percentagens de rendimento possuído pelo $x\%$ inferior da população se representam no eixo vertical. Esta curva permite visualizar o grau de concentração de determinada característica em estudo e obtém-se unindo num referencial cartesiano, as frequências relativas acumuladas para cada classe, com as frequências relativas acumuladas do atributo em estudo.

A representação gráfica obtida será do seguinte tipo:



A curva representada a escuro é a chamada curva de Lorenz e a área mais clara, situada entre a curva de Lorenz e a recta de igual distribuição, é a chamada área de concentração da característica em estudo. Esta curva passa, necessariamente, por dois pontos que são os pontos (0,0) e (100,100). Estes pontos significam que a 0% da população corresponde 0% do rendimento e 100% da população possui a totalidade do rendimento respectivamente.

A curva de Lorenz permite-nos identificar dois casos extremos. O primeiro acontece quando a concentração do atributo (neste estudo a concentração dos níveis de rendimento) for mínima, isto é se a distribuição do rendimento for igualitária, coincidindo o resultado gráfico com a recta de igual distribuição (recta OA, representada a verde, que, em termos geométricos, corresponde à diagonal principal do quadrado). O caso oposto acontece se a concentração for máxima, ou seja se apenas um único agregado familiar detiver todo o rendimento, coincidindo nesta situação a curva de Lorenz com o triângulo **OAB**. Assim quanto mais próxima da diagonal principal estiver a Curva de Lorenz, mais igualitária será a distribuição do atributo em estudo, sendo apenas possível a comparação de duas curvas de Lorenz admitindo que elas nunca se cruzam.

Talvez a medida de desigualdade mais utilizada seja mesmo o índice de Gini, atribuído mas estudado por outros autores²⁸.

Muitos dos índices de desigualdade têm subjacentes uma estreita relação com a chamada curva de Lorenz, tentando resumir a informação gráfica dada pela curva numa medida quantitativa que avalie a divergência entre ela e a situação de igualdade perfeita. O **índice de Gini**, pretende quantificar o grau de concentração da distribuição.

Matematicamente, existem várias formas de cálculo do índice de Gini. Apenas apresentarei aquela que irei utilizar neste estudo, que é a forma de cálculo mais adequado ao tipo de dados de que disponho.

Sendo $p_i = \frac{\text{acum } f_i}{\sum_{i=1}^n f_i}$, ou seja as frequências acumuladas do número

de agregados familiares dividida pelo número total de agregados familiares, $q_i = \frac{\text{acum } y_i}{\sum_{i=1}^n y_i}$ e sendo n o número de classes (que correspondem aos

escalões de rendimento neste trabalho), o Índice de Gini calcula-se da seguinte forma:

$$IG = \frac{\sum_{i=1}^{n-1} (p_i - q_i)}{\sum_{i=1}^{n-1} p_i} = 1 - \frac{\sum_{i=1}^{n-1} q_i}{\sum_{i=1}^{n-1} p_i}$$

Este índice varia entre **0 e 1**, e quando igual a zero, estamos perante uma distribuição igualitária, quando em todas as classes houver igual distribuição do atributo pelos elementos da população e igual a 1, e desigualdade máxima, quando todo o atributo estiver concentrado nos indivíduos da última classe. O índice de Gini será tanto maior quanto mais se afaste a curva de Lorenz da linha de igualdade perfeita.

O índice de Gini, uma vez que é definido a partir da curva de Lorenz, satisfaz necessariamente as propriedades de independência relativamente à escala e à dimensão da população. Este índice satisfaz ainda o princípio das transferências de Pigou-Dalton, em que, através da definição geométrica deste índice, se observa que uma transferência de uma pessoa mais rica para uma pessoa mais pobre reduz o valor do índice.

A principal desvantagem deste índice é a sua curiosa valorização de alterações na distribuição de rendimento em função da parte da distribuição onde ocorrem. Concretamente isto significa que uma transferência de um indivíduo mais rico para um indivíduo mais pobre, terá um efeito muito maior sobre o índice de Gini se ambos os indivíduos se encontrarem perto do centro da distribuição do que se encontrarem nos extremos da mesma. Por outro lado ambos os extremos da distribuição são tratados de forma simétrica.

2. A. Sen²⁹ propõe outras formas de análise da pobreza, fundamentadas em dois métodos, um *directo* e outro *de rendimento*. O *método directo*, é aquele que entra em linha de conta com a análise do conjunto de pessoas cujos cabazes de consumo real deixam algumas necessidades básicas por satisfazer. Por este método, identificam-se assim, todos aqueles cujo consumo real não satisfaz o que se encontra convencionado como sendo necessidades mínimas de sobrevivência.

O *método do rendimento* pelo seu lado, assenta em dois passos. Pelo primeiro, trata-se de calcular o **rendimento mínimo** que permite satisfa-

zer todas as necessidades básicas especificadas. No segundo passo, identificam-se todos aqueles cujos rendimentos reais estão abaixo do limiar de pobreza. Assinala-se posteriormente, o conjunto daqueles que não têm capacidade para satisfazer as necessidades dentro dos condicionalismos comportamentais típicos da sociedade em análise. Neste caso, uma pessoa é pobre quando o seu rendimento não é adequado para satisfazer as necessidades mínimas especificadas em face de um padrão convencional de comportamento. A vantagem deste método, é a de dar uma métrica de distâncias numéricas a partir do «*limiar da pobreza*», em termos de défices de rendimento, sendo também mais restritivo em termos de condições prévias necessárias para o exercício de identificação.

3. Outro método de cálculo da pobreza³⁰ é aquele cuja base é o da definição de Pobreza do Banco Mundial³¹, que equivale a um rendimento anual *per capita* abaixo de 1,75 dólares de 1985. Este método de cálculo assenta em exclusivo no rendimento per capita e costuma assumir-se como sendo o limiar da pobreza o rendimento de um dólar diário. Segundo este critério, o Banco Mundial utiliza um indicador que continua em vigor na actualidade: a *proporção de pobres ou o número relativo de pobres face à população total (headcount index)*.

Também a partir do Banco Mundial e do PNUD, Gary Fields³², procura evidenciar um método de cálculo da pobreza. E, ainda que o seu conceito não se afaste em muito do proposto pelo Banco Mundial, entende que as linhas de pobreza não devem ser uniformes para todos os países uma vez que cada um também apresenta situações claramente diferentes em relação aos outros quer do ponto de vista do desenvolvimento quer do ponto de vista do crescimento económico. Do ponto de vista conceptual, julga melhor a medição do consumo em vez do rendimento, pois o primeiro é mais estável enquanto o segundo tem implicações directas na poupança de cada vez que no mercado se verificam alterações abruptas. Também o sujeito da medição, deve ser o agregado familiar em vez dos indivíduos, pois para estes seria mais fácil viver sem problemas recorrendo apenas a transferências (subsídio de desemprego, rendimento mínimo, etc.) e devem ajustar-se os rendimentos do agregado de acordo com a dimensão da família e ainda por região, tendo por base o nível de inflação de cada lugar.

Em face deste conjunto de padrões metodológicos, Fields propõe para os indicadores de pobreza, a medição da proporção de pobres (**headcount ratio**) (**H**) tendo em conta o GAP percentual médio do rendimento (**I**) da linha de pobreza (**average income shortfall**), bem como o desvio à média, o que evidenciaria as diferenças existentes entre os mesmos pobres. Tal desvio poderia medir-se através do Índice de Gini (**G**) que indica qual a proporção de população que possui determinadas proporções de rendimento. Partindo destes pressupostos seria possível a determinação do **Índice de Pobreza** sustentado pela fórmula³³ seguinte:

$$P = H[I + (1 - I)G]$$

Em sentido idêntico, podemos considerar a existência de três indicadores de pobreza propostos por Foster-Greer-Thorbeck (FGT) correspondendo os dois primeiros aos propostos por Fields e que são: A percentagem de pobres (P_0), o GAP da Pobreza (P_1) e a Distância Quadrática Média (P_2)³⁴.

O Índice FGT pode expressar-se da forma seguinte:

para todo $Y_i < Z$

Donde,

n = população total

Z = linha de pobreza

q = número de pessoas cujos rendimentos estão abaixo da linha de pobreza

Y_i = rendimento do indivíduo i

$\alpha = 0, 1, 2$.

Face aos valores que se atribuem a α assim se podem construir os três indicadores de pobreza:

i. Percentagem de pobres

Este índice obtém-se quando $\alpha = 0$, pelo que:

$$P_0 = H = \frac{q}{n}$$

P_0 apenas indica a proporção que os indivíduos cujos rendimentos estão abaixo da linha de pobreza, representam face à população total, não

evidenciando assim, P_0 se os indivíduos estão próximos ou afastados da linha de pobreza.

Dada a sua simplicidade, apresenta desvantagens imediatas como o ser insensível à diminuição do rendimento das famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza e às transferências de rendimento entre os pobres assim como às transferências dos pobres para os não pobres³⁵. A. Sen, procurando obviar a estas debilidades, propõe um conjunto de requisitos a que devem ser sujeitos os indicadores de desigualdade, estabelecendo os designados axiomas de Sen:

Axioma 1 – Supondo tudo o resto constante, uma diminuição do rendimento de um individuo que está abaixo da linha de pobreza deve modificar a medida de pobreza;

Axioma 2 – Supondo tudo o resto constante, uma transferência de rendimento de um individuo que se encontra abaixo da linha de pobreza para qualquer outra que seja mais rica deve modificar a medida de pobreza³⁶.

ii. O GAP da Pobreza

Este indicador obtém-se quando $\alpha = 1$ e é considerado um índice de **Profundidade da Pobreza**, obtido através da seguinte fórmula:

$$P_1 = PG = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left[\frac{Z - Y_i}{Z} \right] = \frac{q}{n} \left[\frac{Z - \mu_p}{Z} \right] = H \left[1 - \frac{\mu_p}{Z} \right]$$

Donde, μ_p , representa o rendimento médio dos pobres e $\left[1 - \frac{\mu_p}{Z} \right]$ o GAP de rendimento.

$0 \leq P_1 \leq H$, em que:

P_1 é o GAP da pobreza, uma vez que mede a distância relativa dos rendimentos de pobres em relação à linha da pobreza. P_1 pode interpretar-se como o custo médio *per capita* em relação à linha de pobreza que se deveria realizar para eliminar a pobreza. À medida que o rendimento médio dos pobres estiver mais próximo da linha de pobreza P_1 tende a tomar o valor 0. Neste caso, a pobreza não é tão aguda. No outro extremo, se o rendimento médio tende a tomar um valor muito baixo, ou seja, distante

da linha de pobreza, então P_1 tende a tomar o valor H. Neste caso o nível de pobreza é agudo.

Como pode ver-se, P_1 representa uma melhoria em relação a P_0 , uma vez que permite verificar se a média dos indivíduos está próxima ou afastada da linha de pobreza. Ao comparar duas distribuições de rendimentos em períodos de tempo diferentes, P_1 indicará se a pobreza se intensificou ou pelo contrário é menos intensa.

iii. A distância quadrática média

Este indicador obtém-se quando $\alpha = 2$ e é um indicador da **Severidade da Pobreza**.

$$P_2 = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^q \left[\frac{Z - Y_i}{Z} \right]^2$$

$$0 \leq \left[\frac{Z - Y_i}{Z} \right]^2 \leq 1 \quad e \quad 0 \leq P_2 \leq H$$

P_2 soluciona a debilidade representada por P_1 atribuindo um peso maior aos mais pobres. Assim se o rendimento médio dos pobres está muito próximo da linha de pobreza, P_2 tende a tomar o valor 0. Pelo contrário, se o rendimento médio dos pobres está muito abaixo da linha de pobreza, P_2 tende a ter valores próximos de H. Para os menos pobres $\left[\frac{Z - Y_i}{Z} \right]$, tenderão valores mais próximos de 0 e para os mais pobres tender para 1. Ao elevar ao quadrado os valores mais próximos de 1 estes tomarão valores maiores quando se elevam ao quadrado os valores próximos de 0, atribuindo assim uma maior ponderação aos rendimentos mais baixos. Isto significa que quando a pobreza se encontra mais crítica P_2 tende a aumentar ainda que a média dos rendimentos dos pobres permaneça constante.

Outro autor, Judith Yates³⁷ aceitando as mesmas perspectivas metodológicas de Fields, reconhece a existência de factores subjectivos que determinam a medição da pobreza, de onde se destaca o conjunto dos gastos que uma família tem de suportar com o seu rendimento, como, por

exemplo, ter casa própria, seguros de vida ou outros, serviços básicos do agregado, depreciações de bens, etc. No mesmo sentido, Shelley Phips³⁸ entende que existe uma vantagem fundamental na constatação dos factores subjectivos na medição da pobreza, que é a de reconhecerem o grau de privação ou necessidade tal como é entendido por cada individuo, pelo que se deveria perguntar a cada individuo se consideram ou não o seu rendimento como suficiente para suportar as suas necessidades básicas.

A pobreza, todavia, pode também medir-se quer pelo método dos rendimentos (indirecto), quer pelo método dos indicadores sociais³⁹, pois se tomado em conta apenas o primeiro, ele seria insuficiente, uma vez que os rendimentos podem ser mal utilizados (comprar um televisor ao invés de comida) e porque é possível ter acesso a serviços públicos sem ter de os pagar, donde a importância do segundo método. Para a medição da pobreza pelo segundo método, é fundamental distinguir os indicadores em três níveis: de **resultados**, de **inputs** e de **acesso**. Consideram-se **indicadores de resultados**, aqueles que têm a ver com a obtenção de um determinado fim e que em termos de exemplo dizem respeito à mortalidade infantil, esperança de vida e taxas de alfabetização, etc. São **indicadores de inputs**, aqueles que resultam de acções concretas para o aparecimento de resultados sociais, como sejam, as existências de água potável, disponibilidade de alimentos, centros de saúde e hospitais, escolas, etc. São **indicadores sociais de acesso**, aqueles que devem existir em cada país para permitir o acesso aos *inputs*, como sejam a distância aos centros de saúde e à escola, existência de transportes e de vias de transporte, farmácias e medicamentos, etc.

4. O Banco Mundial e o PNUD têm também levado a cabo, esforços no sentido de avaliar e medir a pobreza no mundo. No Relatório 2000/2001, pode ler-se que *“a medição da pobreza permite formar uma visão geral que vai mais além de experiências individuais. Facilita a formulação e a verificação de hipóteses sobre as causas da pobreza e habilita um governo ou a comunidade internacional a munir-se de metas mensuráveis para julgar as próprias acções.”*⁴⁰ O mesmo Relatório propõe a mensuração da pobreza em função do rendimento, baseando-se na possibilidade de permitir tirar conclusões sobre as condições e evolução da pobreza no âmbito nacional, permitir uma visão mais ampla do bem-estar e da pobreza e investigar

os relacionamentos entre diferentes dimensões de pobreza colocando à prova hipóteses sobre o provável impacto de intervenções políticas. O Banco Mundial considera então 5 itens fundamentais para se perceber a forma de medir a pobreza: o consumo, os preços, as linhas de pobreza, as estimativas e as linhas de pobreza por país. O **consumo** considera-o como o indicador de bem estar preferido, tanto por razões práticas de fiabilidade como por permitir perceber melhor no longo prazo os níveis de bem-estar. Os **preços** permitem a comparação dos níveis de consumo entre países. As estimativas são as que o Banco Mundial utiliza a partir do que designa de Paridade de Poder Aquisitivo (PPA). Estas baseiam-se em novos dados sobre preços gerados pelo Programa de Comparação Internacional, abrangendo 110 países e num conjunto de produtos mais abrangentes. As **linhas de pobreza globais** são definidas, com base no uso de preços de 1993 e estimativas da PPA em 1993, obtendo-se uma linha como a mediana das dez linhas de pobreza mais baixas. Esta linha equivale a US\$ 1,08 por dia em termos de PPA de 1993. A linha de pobreza superior (US\$ 2) foi calculada mediante a duplicação do montante da linha de pobreza inferior, em 1990, reflectindo linhas de pobreza mais usadas em países de rendimento médio mais baixo. As estimativas de 1998 são utilizadas, por não existirem dados disponíveis e, realizaram-se com base nas taxas de crescimento do consumo privado *per capita* extraídas das estatísticas das contas nacionais. Finalmente, as **linhas de pobreza por país** tornam-se fundamentais porque, as linhas de pobreza globais são indicadores de progresso geral e, portanto, torna-se necessário reflectir sobre o que significa ser pobre em cada situação nacional e não por comparações de preços internacionais⁴¹.

O PNUD, por outro lado, reconhece a existência de três métodos para medição da pobreza, a saber:

- i. Construção de um *"limite de pobreza"* e agregação de várias medições de pobreza que tomam em conta os custos reais dos agregados relativamente ao tal limite de pobreza. Para estabelecer este limite utilizam-se por norma inquéritos feitos aos agregados representativos do país. Para a determinação do nível de rendimento necessário para a satisfação das necessidades básicas de todos os membros da família, cria-se um cabaz de bens e serviços correspondente aos pa-

drões de consumo local. O valor deste cabaz, a preços locais para o consumidor que satisfaça um dado número de necessidades básicas será o *“limite de pobreza”*. Se o rendimento *per capita* dos membros da família se situarem abaixo deste limite, ela é considerada como pobre.

- ii. Avaliação rápida e diagnóstico participativo, em que os membros da comunidade hierarquizam os agregados pelo seu nível de riqueza. No primeiro caso, pretende-se proporcionar dados importantes para uma decisão de curto prazo, enquanto o segundo requerendo uma ampla participação da comunidade utiliza-se para decisões de longo prazo. São os programas de desenvolvimento que utilizam estes métodos com alguma acuidade.

Ambos os métodos, apresentam falhas consideráveis, nomeadamente a dificuldade de comparação internacional, que não permite saber com eficácia onde estão os mais pobres de uma região, mas, apenas quais os mais pobres de uma dada comunidade, e finalmente as respostas dos inquiridos muitas vezes estão distorcidas dado o seu desejo em vir a ser beneficiados com algum programa.

- iii. Construção de índice de pobreza a partir de um conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos. Indicadores como a qualidade do tecto da casa ou das paredes pode permitir uma avaliação rápida do ponto de vista de uma análise local. Mas, para se obter um panorama geral e completo do fenómeno é necessário recorrer a indicadores, como os recursos humanos, habitação, segurança alimentar e bens de família⁴².

No global, o PNUD, aceita o conjunto dos índices existentes como a **“Incidência da Pobreza”** ou *percentagem de indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza*, que é equivalente ao **“Headcount index”**, a **“Profundidade da Pobreza”** ou **“GAP da Pobreza”**, medida como distância média dos pobres face à linha de pobreza (**average income shortfall**), e a **“Severidade da Pobreza”**, onde se pondera de forma diferente a profundidade da pobreza em cada diferença individual, reflectindo-se também na desigualdade entre os mesmos pobres. Aceita ainda, o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** e o **Índice de Pobreza Humana (IPH)**. O primeiro baseia-se na medição de três variáveis: a esperança de vida, o

resultado educacional (uma combinação de alfabetização com escolarização) e o PIB real *per capita*. Cada uma destas três variáveis tem em conta indicadores de GAP, ou seja, a diferença percentual entre a situação real e a desejada. Para tanto coloca-se no numerador da fracção a distância entre o valor de cada variável e o seu mínimo e no denominador a distância entre os valores mínimos e máximos absolutos (no caso da esperança de vida 25 a 85 anos, no caso da alfabetização, 0 a 100% e no caso do PIB real *per capita* 1 € a 40 €). O IDH é assim uma média simples dos três indicadores. O **Índice de Pobreza Humana (IPH)**, calcula-se tendo em atenção a percentagem de indivíduos que se estima, morreriam no país em consideração antes dos 40 anos (P_1), a percentagem de adultos analfabetos (P_2), a percentagem de indivíduos sem acesso a serviços de saúde (P_{31}), sem acesso a água potável (P_{32}), e a percentagem de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente (P_{33}). (P_3) é uma média simples de P_{31} , P_{32} , P_{33} .

A fórmula completa permite a existência de diversas ponderações para cada um dos indicadores:

$$IPH = P(\alpha) = \left[\frac{(w_1 P_1^\alpha + w_2 P_2^\alpha + w_3 P_3^\alpha)}{(w_1 + w_2 + w_3)} \right]$$

No Relatório de 1997, o PNUD resolve atribuir a todos os indicadores a mesma ponderação, pelo que a fórmula reduzida é a seguinte:

$$P(\alpha) = \left[\frac{(P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)}{3} \right]^{1/\alpha}$$

A elasticidade de substituição (σ) entre os indicadores é-nos dada por $[1/(\alpha - 1)]$, ainda que por definição,

$$|\sigma| = \frac{\delta \log(P_1 / P_2)}{\delta \log x}, \quad \text{sendo} \quad x = \frac{\delta P(\alpha) / \delta P_1}{\delta P(\alpha) / \delta P_2} = \frac{W_1}{W_2} \left(\frac{P_1}{P_2} \right)^{\alpha-1}$$

$$\Rightarrow \frac{P_1}{P_2} = \left(\frac{W_2}{W_1} \right)^{1/(\alpha-1)} x^{1/(\alpha-1)} \Rightarrow \log \frac{P_1}{P_2} = \frac{1}{\alpha-1} \log \left(\frac{W_2}{W_1} \right) + \frac{1}{\alpha-1} \log x$$

$$\sigma = \frac{\delta \log(P_1 / P_2)}{\delta \log x} = \frac{1}{\alpha - 1}$$

Deste modo, um valor de “*alpha*” igual a 1 supõe uma substituíbilidade infinita, pelo que o efeito sobre o IPH de uma variação de 1% num dos indicadores seria o mesmo qualquer que fosse o valor dos demais indicadores.

O PNUD em 1997 atribui a “*alpha*” o valor de 3.

Bibliografia

- ATKINSON, A. B. (1970), *On Measurement of Inequality*, Journal of Economic Theory
- ATKINSON, A. B. (1975), *The Economics of Inequality*, Cambridge, Clarendon Press
- BANCO MUNDIAL (1990), *Boletim sobre o Desenvolvimento Mundial*
- BANCO MUNDIAL (2000-2001), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*
- BOOTH, C. (1982), *Life and Labour of the People of London*, London, Macmillan
- GALBRAITH, J. K. (1958), *The Affluent Society*, Boston, Houghton Mifflin
- HARRINGTON, M. (1962), *The Other America*, New York, Macmillan
- IZURIETA, Alejandro (1994), “Ajuste estructural y costo social en la América Latina. Qué nos explican los estudios recientes?” *El Trimestre Económico*, Vol. 61 (Enero-Marzo) n. 241
- KAKWANI, N. C. (1980), *Income Inequality and Poverty*, New York, Oxford University Press
- LAMPMAN, R. J. (1959), *The Low Income Population and Economic Growth*, Study Paper n.º 12, US Congress Joint Economic Committee, Washington DC: Government Printing Office
- MYRDAL, Gunnar (1956), *Solidaridad o Desintegración*, México, Fondo de Cultura Económica
- NURSKÉ, Ragnar (1965), *Problemas de formación de capital*, México, Fondo de Cultura Económica
- ORSHANSKY, M., (1965), *Whos's who among the poor: a demographic view of poverty*. Social Security Bulletin 28 (7), July
- PEREIRINHA, José (1996), *Pobreza e Exclusão Social*, in FERREIRA, J. M. Carvalho, et al., *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta
- PHIPPS, Shelley (1993), “*Perspectives on Poverty*”. *The Review of Income and Wealth*, vol. 39 (Setembro) n.º 3

- RIUTORT, Marias (1999), "Crecimiento Económico, Desigualdad y Pobreza", in *La Pobreza en Venezuela. Causas y Posibles Soluciones*
- ROSTOW, (1956), *Las etapas del crecimiento económico. Un manifesto no-comunista*, México, Fondo de Cultura Económica
- ROWNTREE, B. S. (1912), *Poverty*, London, Macmillan
- SEN, Amartya (1973), *La Desigualdad Económica*, México, Fondo de Cultura Económica
- SEN, Amartya (2000), *Un Nouvelle Modèle Économique. Développement, Justice, Liberté*, Paris, Editions Odile Jacob
- SEN, Amartya, (1999), *Pobreza e Fomes, Um ensaio sobre direitos e privações*, Lisboa, Terramar,
- SQUIRE, Lin (1993), *The American Economic Review*, n.º 2
- TORRÉNS, Francisco J. Alonso (1995), *Pobreza, Marginacion Y Estado de Bienestar en España*, in **Bustillo**, Rafael Muñoz (Comp.), *Crisis y futuro del Estado de Bienestar*, Madrid, Alianza Universidad
- TOWNSEND, Peter (1979), *Poverty in the United Kingdom*, London, Penguin Books
- UNFPA (2002), *El estado de la población mundial 2002. Población, pobres y oportunidades*, New York, Fondo de Población de las Naciones Unidas
- YATES, Judith (1994), "Imputed rent and income distribution", *The Review of Income and Wealth*, vol. 40 (March) n.º 1

Notas

- ¹ Cfr. **UNFPA** (2002), *El estado de la población mundial 2002. Población, pobres y oportunidades*, New York, Fondo de Población de las Naciones Unidas, pp. 14 e ss.
- ² **Booth**, C. (1982), *Life and Labour of the People of London*, London, Macmillan.
- ³ **Rowntree**, B. S. (1912), *Poverty*, London, Macmillan.
- ⁴ Cientistas como **Galbraith**, J. K. (1958), *The Affluent Society*, Boston, Houghton Mifflin; **Harrington**, M. (1962), *The Other America*, New York, Macmillan e **Lampman**, R. J. (1959), *The Low Income Population and Economic Growth*, Study Paper n.º12, US Congress Joint Economic Committee, Washingt DC: Government Printing Office, evidenciaram os estudos sobre a pobreza mostrando a sua importância nos EUA.
- ⁵ O próprio limiar da pobreza que é utilizado comumente para a definir é determinado a partir dos padrões contemporâneos da comunidade que se identifica como elemento de análise.
- ⁶ **Torréns**, Francisco J. Alonso (1995) *Pobreza, Marginacion Y Estado de Bienestar en España*, in **Bustillo**, Rafael Muñoz (Comp.), *Crisis y futuro del Estado de Bienestar*, Madrid, Alianza Universidad, p. 206.
- ⁷ Vide por todos, **Sen**, Amartya (1999), *Pobreza e Fomes, Um ensaio sobre direitos e privações*, Lisboa, Terramar; **Atkinson**, A. B. (1975) *The Economics of Inequality*, Cambridge, Clarendon Press e (1970), *On Measurement of Inequality*, *Journal of Economic Theory*, 2.

⁸ Sen, Amartya, *Pobreza e Fomes*, op. cit., p. 31.

⁹ Id. *Ibidem*, p. 24.

¹⁰ Cfr. Sen, Amartya, *Pobreza e Fomes*, op. cit., p. 25 e 26.

¹¹ Sen, Amartya (2000), *Un Nouvelle Modèle Économique. Développement, Justice, Liberté*, Paris, Editions Odile Jacob, p. 96.

¹² Analisaremos esta questão, com maior profundidade adiante quando tratarmos das determinantes institucionais da pobreza.

¹³ Cfr. **Banco Mundial** (2000-2001), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*.

¹⁴ Cfr. Id. *Ibidem*.

¹⁵ Cfr. **Pereirinha**, José (1996), *Pobreza e Exclusão Social*, in **Ferreira**, J. M. Carvalho, et al., *entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta, pp. 208-232.

¹⁶ **Townsend**, Peter (1979), *Poverty in the United Kingdom*, London, Penguin Books.

¹⁷ **Pereirinha**, José (1996), *Pobreza e Exclusão Social*, op. cit. p. 212.

¹⁸ Id. p. 231.

¹⁹ A taxa de pobreza relativa em Portugal varia em torno de 20% da população.

²⁰ **Albuquerque**, José Luís et al. (2001), *Distribuição do rendimento e condições de vida*, in **Portugal 1995-2000, Perspectivas de evolução social**, Lisboa, DEPP/MTS- Celta.

²¹ As obras de Marx, são o resultado da designada Revolução Industrial que tornou dramáticas as primeiras décadas do século XIX, com a miséria, fome e pobreza como elementos determinantes e a constituição de uma grande massa de proletários que viram nos seus escritos uma hipótese de fuga a uma realidade dominada pelo surgimento do capitalismo e pelo surgimento de uma nova classe social que via nessa revolução a possibilidade de adquirir a capacidade necessária para a obtenção do poder político, como aliás, viria a acontecer. Destacam-se como obras determinantes na perspectiva da chamada de atenção para as desigualdades e a pobreza da época, o **Manifesto do Partido Comunista**, publicado em 1848, Marx via na solução que propunha o fim do sistema capitalista e a reposição da antiga ordem dos primórdios do homem, o comunismo.

²² As principais correntes socialistas, manifestam-se a partir da 2.^a metade do século XVIII, pretendendo tal como os textos de Karl Marx contestar contra o resultado social da Revolução Industrial, destacando-se como teóricos principais, mormente na área do socialismo utópico, S. Simon (1760-1825), C. Fourier (1772-1837), J. Proudhon (1804-1865), e C. Owen (1771-1852), entre outros. Estes teóricos pretenderam, de uma forma geral, a formação de laços de solidariedade que na sociedade que permitisse um desenvolvimento económico e social mais igual, resultando daqui a génese do cooperativismo e da economia social.

²³ A principal encíclica neste domínio é a consagrada pelo Papa Leão XIII, e designada de **Rerum Novarum**, publicada em 1891. A preocupação da Igreja com a pobreza e a desigualdade social, ficou a dever-se no essencial, ao alarme provocado nas elites do poder, pelos movimentos operários que eclodiam um pouco por toda a parte até ao terceiro quartel do século XIX. É assim que o discurso papal passa a exigir justiça social através da reestruturação das relações sociais existentes. A génese do corporativismo encontra-se indubitavelmente ligado a este discurso.

²⁴ Prémio Nobel da economia em 1971. Esta temática ficou inscrita em (1955) *Economic Growth and income inequality*, The American Economic Review, p. 1-28.

²⁵ (1956), *Las etapas del crecimiento económico. Un manifesto no-comunista*, México, Fondo de Cultura Económica.

²⁶ Para **Myrdal**, Gunnar (1956), *Solidaridad o Desintegración*, México, Fondo de Cultura Económica. Para este autor, o sistema produtivo-distributivo é entendido como estando inserido num contexto mais amplo da realidade social global, configurada histórica e espacialmente. No seu entender, uma decisão económica pode ser o ponto de partida de uma acção cujo resultado final potencie uma modificação de tipo estrutural. Assim, as decisões individuais ou grupais podem então ser consideradas como um ponto de arranque de um processo irreversível e o crescimento não será um processo contínuo, gradual e espontâneo, como o afirmavam os neoclássicos, mas pelo contrário, um processo descontínuo, brusco e deliberado. No mesmo sentido, **Nurske**, Ragnar (1965), *Problemas de formación de capital*, México, Fondo de Cultura Económica, aponta a existência de um ciclo vicioso da pobreza que impede a acumulação de capital. Efectivamente, quando os países menos desenvolvidos procuram aumentar o seu investimento encontram em geral a ausência de poupança interna suficiente para isso e, se entendido no lado da oferta de capital esta depende da capacidade e desejo de poupar que apresentem os indivíduos o qual é consequência por sua vez, do rendimento e da taxa de juro real interna em relação às taxas de juro oferecidas nos mercados externos. No que se refere à procura de capital esta depende dos estímulos para investir condicionados pelos eventuais ganhos. No que diz respeito à oferta, os países subdesenvolvidos enfrentam taxas de poupança muito baixas porque o investimento real é insuficiente, o qual é devido à baixa taxa de produtividade do trabalho. Todavia, uma das razões fundamentais para esta baixa de produtividade do trabalho é a insuficiência do capital devida em parte à escassez da poupança. Assim se encerra um círculo cujos componentes se reforçam mutuamente na tendência para o desequilíbrio. Quanto à procura, o escasso estímulo ao investimento deve-se à diminuta capacidade de aquisição por parte dos habitantes desses países o qual é por sua vez consequência dos seus baixos rendimentos originados pela baixa produtividade que se deve à escassez do investimento que não se encontra estimulado como consequência da escassez da procura. Aqui se determina outro *círculo vicioso da pobreza*.

²⁷ Cfr. **Pereirinha**, José (1996), *Pobreza e Exclusão Social*, op. cit. p. 218.

²⁸ Apesar do seu nome, o Índice de Gini, já tinha sido utilizado por **Helmert** (1876) e por outros estatísticos alemães na década de 1870. Cfr. **Atkinson**, A.B., *On the measurement of inequality*, Journal of Economic Theory, 3, 1970, p.244-263; **Helmert**, F.R., *Die Genauigkeit der Formel von Peters zur Berechnung des wahrscheinlichen Beobachtungsfehlers direkter Beobachtungen gleicher Genauigkeit*, Astronomische Nachrichten, 88, nº2096, 1876; **David**, H.A., *Gini's mean difference rediscovered*, Biometrika, 55, 1968, p. 573.

Do ponto de vista geométrico, o **índice de Gini** define-se como o quociente da área entre a curva de Lorenz e a recta de igual distribuição dividida pelo triângulo situado abaixo da recta de igual distribuição que corresponde a metade da área do quadrado onde a curva de Lorenz se inscreve.

²⁹ Cfr. Para um aprofundamento desta formas de medição da pobreza, **Sen**, Amartya, *Pobreza e Fomes...*, op. cit. pp. 46 e ss.

³⁰ É a solução proposta por, **Squire**, Lin (1993), *The American Economic Review*, n.º 2.

³¹ **Banco Mundial** (1990), *Boletim sobre o Desenvolvimento Mundial*. Aqui se define a pobreza como “a incapacidade para obter um mínimo nível de vida, representado pela inclusão não só do consumo de alimentos, vestuário, habitação, como também do acesso à educação, saúde, água, etc”.

- ³² (1994), *Journal of developments economics*, n.º 1. Este autor considera o fenómeno como a “*incapacidade de um indivíduo ou família para obter recursos suficientes que lhe permitam satisfazer as suas necessidades básicas*”.
- ³³ Esta fórmula também já havia sido utilizada por outros autores, de que se destacam A. Sen e Foster em Sen, Amartya (1973), *La Desigualdad Económica*, México, Fondo de Cultura Económica.
- ³⁴ Seguimos de muito perto o documento apresentado por Riutort, Matias (1999), *Crecimiento Económico, Desigualdad y Pobreza*, in **La Pobreza en Venezuela. Causas y Posibles Soluciones**.
- ³⁵ Cfr. Kakwani, N. C. (1980), *Income Inequality and Poverty*, New York, Oxford University Press.
- ³⁶ Cfr. Sen, Amartya (1993), *La Desigualdad Económica*, México, Fondo de Cultura Económica.
- ³⁷ Yates, Judith (1994), “*Imputed rent and income distribution*”, *The Review of Income and Wealth*, vol. 40 (March) n.º 1, pp. 34-66.
- ³⁸ Phipps, Shelley (1993), “*Perspectives on Poverty*”. *The Review of Income and Wealth*, vol. 39 (Setembro) n.º 3, pp. 313-318.
- ³⁹ Cfr. Izurieta, Alejandro (1994), “*Ajuste estructural y costo social en la América Latina. Qué nos explican los estudios recientes?*” *El Trimestre Económico*, Vol. 61 (Enero-Marzo) n. 241, pp. 27-84.
- ⁴⁰ Banco Mundial, *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001*, p. 16.
- ⁴¹ Cfr. *Relatório sobre o Desenvolvimento*, op. cit., p 17.
- ⁴² Cfr. PNUD, *El Estado de la población mundial 2002*, op. cit. pp. 16 e ss.